

# **DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES  
(ORGANIZADOR)**



**Atena**  
Editora

Ano 2020

# **DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES  
(ORGANIZADOR)**



**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo da ciências sociais aplicadas  
 1 [recurso eletrônico] / Organizador Carlos Antonio de Souza  
 Moraes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader  
 Modo de acesso: World Wide Web  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-85-7247-945-5  
 DOI 10.22533/at.ed.455202101

1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social.  
 I. Moraes, Carlos Antonio de Souza.

CDD 300.72

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A Obra “Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Sociais Aplicadas” objetiva promover o debate científico através de problematizações totalizando 50 capítulos. De forma geral, a obra tem, predominantemente como linha condutora, o tema da desigualdade social e das políticas públicas. A desigualdade abordada, em alguns capítulos, a partir do debate em espaços urbanos e rurais, problematizando nestes espaços, a participação de sujeitos sociais, com destaque para as mulheres, assistentes sociais, profissionais de educação, estudantes, trabalhadores rurais, homossexuais, imigrantes, dentre outros. Tais estudos foram desenvolvidos em instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do Brasil, que apresentam análises pautadas em relevância acadêmica e impacto social, possibilitando-nos sua categorização em 2 volumes e 10 blocos, a saber:

O primeiro bloco do volume 1, compreendido entre o capítulo 01 e 09, problematiza a desigualdade social, as migrações contemporâneas e as políticas públicas; o segundo, organizado entre os capítulos 10 e 14 aborda temas vinculados ao trabalho precário, suas implicações para a saúde dos trabalhadores, além do exercício profissional de assistentes sociais em hospital. Posteriormente, o bloco 03, problematiza, entre os capítulos 15 e 19, a violência obstétrica, sexual, psicológica e física sofrida por mulheres, bem como, aborda, a qualidade de vida de estomizados. O bloco 04 discute, entre os capítulos 20 e 23, a gestão estratégica e o diagnóstico organizacional centrados no reconhecimento institucional, na eficiência administrativa e no capital psicológico.

O bloco 05 do volume 2, compreendido entre os capítulos 01 e 12 apresenta significativas contribuições sobre o debate da cidade, do planejamento urbano, da mobilidade urbana e da segurança pública. O bloco 06 aborda, entre os capítulos 13 e 16, o rural, as práticas e a produção agrícola. O bloco 07, compreendido entre os capítulos 17 e 18, discute a agroindústria e o agronegócio da avicultura; O bloco 08, problematiza entre os capítulos 19 e 23, elementos vinculados a educação básica, ao ensino médio, técnico e superior. Posteriormente, o bloco 09 apresenta, entre os capítulos 24 a 26, estudos que mediam o debate da educação com a cultura, além daqueles relacionados à arte, a diplomacia midiática e o jornalismo internacional; Por fim, o bloco 10, organizado no capítulo 27, recorre a sociologia da arte, para reconstruir a trajetória de juventude do poeta e intelectual, Ferreira Gullar.

Para construção dos capítulos, metodologicamente, os autores recorreram a pesquisas bibliográficas, empíricas, estudos de caso, dentre outros, a fim de contribuir para descortinar aparências e fundamentar o conhecimento de todos aqueles que se interessam pelos temas ora apresentados.

Por fim, o livro que o leitor tem em mãos, merece sua leitura atenta e cuidadosa,

capaz de germinar novas perguntas de pesquisa e contribuir para construção de novos tempos, por meio do enfrentamento da desigualdade social e do fortalecimento da democracia, da justiça social, dos direitos humanos, da política pública e do empenho no enfrentamento da violência e da discriminação, temas abordados ao longo deste volume e que nos desafiam para a tarefa de repensar o mundo.

Carlos Antonio de Souza Moraes

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL)	
Aleteia Hummes Thaines Daniel Luciano Gevehr Dilani Silveira Bassan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4552021011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
ANÁLISE PADRONIZADA DO IDHM NA AMAZÔNIA LEGAL NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI	
Aline dos Santos Pimentel Abner Vilhena de Carvalho Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho Jarsen Luis Castro Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4552021012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
UMA COMPARAÇÃO DE POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE ENTRE AS MESORREGIÕES METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E ZONA DA MATA	
Stela Rodrigues Lopes Gomes Matheus Gomes do Carmo de Souza Alex Eugênio Altrão de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4552021013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>46</b>
A PERSPECTIVA DA POBREZA NA CAMPANHA DE ACM NETO DE 2012 E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO	
Daniele do Nascimento Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4552021014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>66</b>
FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO E “CRISE FISCAL” NA RECESSÃO DE 2015 E 2016: UMA ABORDAGEM NEOCARTALISTA	
Luiz Alberto Marques Vieira Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4552021015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>88</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Priscilla Paola Severo Clovis Gorczewski	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4552021016</b>	



<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>101</b>
ACESSO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA /PR, À APOSENTADORIA POR IDADE NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Huama Maximo Elizete Conceição Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4552021017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>112</b>
UNIÃO HOMOAfetiva: DO PATRIARCALISMO À LEGALIZAÇÃO	
Marina Quirino Itaborahy Julie Affoso Novaes Victória Penha de Oliveira Fernanda Lourenço da Silva Gustavo Schaper Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4552021018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>126</b>
A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO “MARIA JÚLIA MARANHÃO” EM JOÃO PESSOA/PB	
Camila Luana Teixeira Freire Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4552021019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>137</b>
MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS VALORES CULTURAIS DE UMA ORGANIZAÇÃO ATRATIVOS PARA ÀS MULHERES	
Inácio Ferreira Façanha Neto Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45520210110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>151</b>
TRABALHO PRECARIZADO: OS EFEITOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Larissa dos Santos Ferreira Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45520210111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>162</b>
O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA FABRIL EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USUÁRIOS DO CEREST/JP	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.45520210112</b>	

**CAPÍTULO 13 ..... 174**

**COMPLIANCE: ENFRENTAMENTO DAS PATOLOGIAS CORRUPATIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS PELA CADEIA PRODUTIVA NO MUNDO DA MODA**

Maira Angélica Dal Conte Tonial  
Jacson Bacin Vicente

**DOI 10.22533/at.ed.45520210113**

**CAPÍTULO 14 ..... 186**

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: UM ESTUDO DE CASO**

Roberta Clévia Malaquias de Oliveira  
Anarita de Souza Salvador  
Kátia Gerlânia Soares Batista

**DOI 10.22533/at.ed.45520210114**

**CAPÍTULO 15 ..... 196**

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE JURÍDICA**

Edinilza da Silva Machado Medeiros  
Andréia de Oliveira Silva  
Carlana Faria Rocha  
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

**DOI 10.22533/at.ed.45520210115**

**CAPÍTULO 16 ..... 205**

**PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA AO LONGO DA VIDA E NOS ÚLTIMOS 12 MESES: ESTUDO EM UMA MATERNIDADE**

Bruna Venturin  
Franciéle Marabotti Costa Leite  
Dherik Fraga Santos  
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino  
Mariana Zoboli Ambrosim  
Luíza Eduarda Portes Ribeiro  
Jasmine Cristina Soares Xavier  
Maria Luiza Cunha Santos  
Joyce Ferreira Reis  
Solange Drummond Lanna

**DOI 10.22533/at.ed.45520210116**

**CAPÍTULO 17 ..... 215**

**PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA CONTRA MULHER**

Mayara Alves Luis  
Franciéle Marabotti Costa Leite  
Ranielle de Paula Silva  
Karina Rosa Paiva  
Tamires Paulo Ceccon  
Karina Fardin Fiorotti  
Dherik Fraga Santos  
Odelle Mourão Alves  
Getúlio Sérgio Souza Pinto

**DOI 10.22533/at.ed.45520210117**

**CAPÍTULO 18 ..... 225**

**VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO NA VIDA E NO ÚLTIMO ANO**

Franciéle Marabotti Costa Leite  
Ranielle de Paula Silva  
Mayara Alves Luis  
Odelle Mourão Alves  
Letícia Peisino Buleriano  
Sthéfanie da Penha Silva  
Gracielle Pampolim  
Márcia Regina de Oliveira Pedroso  
Fábio Lúcio Tavares

**DOI 10.22533/at.ed.45520210118**

**CAPÍTULO 19 ..... 236**

**QUALIDADE DE VIDA DE ESTOMIZADOS: UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA**

Maurício Almeida  
Mauro Lúcio de Oliveira Júnior  
Rodrigo Silva Nascimento  
Keveenrick Ferreira Costa  
Priscila Figueiredo Campos

**DOI 10.22533/at.ed.45520210119**

**CAPÍTULO 20 ..... 251**

**MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA OPÇÃO À AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA**

Fernanda Schuhli Bourges

**DOI 10.22533/at.ed.45520210120**

**CAPÍTULO 21 ..... 266**

**GESTÃO ESTRATÉGICA E ORGANIZACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E CERÂMICO**

Andrey Teixeira  
César Niero  
Eduardo de Sousa Gaspar  
Eduardo Pavan Rodrigues  
Hildebrando da Rocha de Souza Neto  
Ian Nunes  
Jean Bergmam  
João Vitor Correa Bressan  
Larissa Pereira  
Lucas Buratto  
Marcelo Henrique Antonin  
Richardy Willian Felisberto

**DOI 10.22533/at.ed.45520210121**

**CAPÍTULO 22 ..... 284**

**GUIA ELETRÔNICO DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA CURITIBA/PR DESCRIPTIVE ELECTRONIC GUIDE OF DUTIES AND ACTIVITIES IN A PUBLIC INSTITUTION CURITIBA/PR**

Patricia de Matos

**DOI 10.22533/at.ed.45520210122**

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>290</b>
CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE CAPITAL PSICOLÓGICO ( <i>PSYCAP</i> ) Valeria Araujo Furtado DOI 10.22533/at.ed.45520210123	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>309</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>310</b>

## A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO “MARIA JÚLIA MARANHÃO” EM JOÃO PESSOA/PB

*Data de aceite: 06/01/2020*

### **Camila Luana Teixeira Freire**

Mestranda em Serviço Social- PPGSS/UFPB.

E-mail: camila.luanatx@gmail.com.

### **Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida**

Professora Dr<sup>a</sup> do PPGSS/UFPB.

E-mail: blfalmeida@uol.com.br

**RESUMO:** O presente estudo consiste em uma análise do sistema penitenciário como instrumento fundamental à ordem capitalista, em uma sociedade marcada pela criminalização da “questão social”, cujos determinantes sociais tornam-se fatores de inserção das mulheres na criminalidade e dos altos índices de encarceramento feminino no Brasil. A finalidade desse estudo é analisar as dimensões particulares do processo de criminalização da “questão social” na perspectiva das políticas penitenciárias dirigidas a setores historicamente excluídos no Brasil, em especial do encarceramento feminino, a partir de autores que discutem a questão em tela. Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica em torno da realidade do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão, em João Pessoa/ Paraíba, realizado em julho e agosto de 2017.

**PALAVRAS-CHAVE:** “Questão social”. Determinantes Sociais. Encarceramento feminino.

**ABSTRACT:** The present study consists of an analysis of the penitentiary system as a fundamental instrument for the capitalist order, in a society marked by the criminalization of the “social question”, whose social determinants become factors for the insertion of women in crime and the high rates of female incarceration in the state. Brazil. The purpose of this study is to analyze the particular dimensions of the criminalization process of the “social question” from the perspective of prison policies directed to historically excluded sectors in Brazil, especially female incarceration, from authors who discuss the issue at hand. This is a documentary and bibliographical research around the reality of the Maria Júlia Maranhão Female Reeduication Center, in João Pessoa / Paraíba, held in July and August 2017.

**KEYWORDS:** “Social Question”. Social Determinants. Female incarceration.

### **1 | INTRODUÇÃO**

Este estudo denominado “A “questão social” e o encarceramento feminino: uma análise a partir do Centro de Reeducação

Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa/PB” representa uma síntese modificada do trabalho de conclusão de curso “As prisões femininas e as mulheres presas: a materialidade de uma expressão da questão social”, apresentado enquanto uma exigência acadêmica do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Resulta de um processo investigativo realizado no Centro de Reeducação Feminino “Maria Júlia Maranhão”, em João Pessoa/Paraíba, no período de julho a agosto de 2017.

A totalidade de problemas do encarceramento feminino é uma realidade subentendida e ainda pouco discutida no cenário nacional. Nos últimos anos, os índices crescentes de mulheres presas no quadro das penitenciárias do país traduz um contexto de criminalização da “questão social” permeado por múltiplas desigualdades e violações dos direitos humanos. De acordo com dados publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), por meio do documento Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) Mulheres 2018, as mulheres que estão no sistema prisional- uma população de 42.355 mulheres presas- são jovens, negras, mães e com baixa escolaridade. Esse número remete a análise dos determinantes sociais como uma porta de entrada para compreender a relação das mulheres com a criminalidade.

Em torno desse cenário, formulou-se o estudo investigativo que aborda a criminalização da “questão social” como fator dos altos índices de encarceramento feminino no país, mais especificamente no CRFMJM, com a finalidade de promover a discussão sobre o perfil socioeconômico das mulheres em privação de liberdade. Objetiva-se analisar as dimensões particulares do processo de criminalização da “questão social” na perspectiva das políticas penitenciárias dirigidas a setores historicamente excluídos no Brasil, com recorte no Centro de Reeducação Feminino “Maria Júlia Maranhão”, em João Pessoa/Paraíba. Parte-se da hipótese de que o sistema prisional materializa-se como uma das expressões da “questão social”, uma vez que os indivíduos que estão presos são aqueles que já sofrem o processo de exclusão social na sociedade capitalista.

Este estudo configura-se como uma análise histórico-crítica de cariz marxista do sistema penitenciário enquanto instrumento fundamental à ordem capitalista. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, realizada em torno da realidade do Centro de Reeducação Feminino “Maria Júlia Maranhão”, em João Pessoa/ Paraíba. O universo da pesquisa é composto por 413 mulheres presas, contudo, formulou-se uma amostra em torno das 125 fichas das mulheres que cumprem pena em regime fechado, para traçar os dados identitários, socioeconômicos e os crimes cometidos pelas mulheres presas.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa cuja metodologia se efetivou por meio de uma abordagem quali-quantitativa. A análise documental desenvolveu-se em

três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados e a interpretação. Após a coleta dos dados, procedeu-se à pré-análise dos dados mediante a organização e sistematização das informações obtidas em torno do perfil situacional, categorizando nas temáticas investigativas com a finalidade de apontar os conteúdos mais relevantes de forma mais clara e de fácil compreensão através da descrição das categorias. Essas análises foram fundamentadas criticamente mediante a consulta a autores que estudam a questão em tela, bem como se recorreu a pesquisas realizadas pelo Infopen.

## **2 | ANÁLISE DA “QUESTÃO SOCIAL” COM RECORTE ANALÍTICO DO SISTEMA PRISIONAL**

Constata-se que no desenvolvimento capitalista, a classe dominante realizou um processo que modificou o comportamento da classe pauperizada, ao passar da condição de proletariado para classes perigosas. De fato, o sistema prisional no contexto capitalista, é o registro das expressões da “questão social”, uma vez que os indivíduos que estão presos são aqueles que já sofrem o processo de exclusão social e a realidade atual do sistema prisional brasileiro não oferece condições de dignidade humana, estigmatizando as pessoas em situação de privação de liberdade.

Na contemporaneidade, no início do século XX, a legitimidade da prisão ganhou variações para o controle da sociedade. São destacadas as causas sociais do crime, ocorrendo um estreitamento entre crime e pobreza. Pobreza e desigualdade são apontadas como causas fundamentais da criminalidade. Zaluar (2004) atenta para a importância dessa discussão, no intuito de problematizar as causas da criminalidade, não associando apenas à pobreza, mas compreendendo em seus múltiplos determinantes.

Nessa lógica, as classes dominantes, lideradas pelas ideias neoliberais, empreendem três principais transformações na esfera do Estado que estão intimamente ligadas à: remoção do Estado econômico, a desconstrução do Estado social e fortalecimento do Estado penal (WACQUANT, 2001). Esses elementos combinados complementam-se e, com isso, a prisão retoma a frente das instituições responsáveis pela manutenção da ordem (ibed, 2001). Por consequência, o objetivo da punição, no sistema penal perpassa a questão do castigo e se constitui uma forma de controle e pacificação das populações marginalizadas.

A “questão social” é um fenômeno identificado a partir do século XIX, período no qual era clara a extensão do pauperismo e das demais desigualdades sociais, provocadas pelos impactos da Revolução Industrial. Nesse contexto, a pobreza se intensificava na medida em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Segundo Netto, a expressão “questão social” e os seus desdobramentos

“[...] surge [m] para dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra [...] trata-se do fenômeno do pauperismo” (NETTO, 2010, p.4).

Dessa maneira, resultado de uma sociedade desigual, a “questão social” é despolitizada, bem como os conflitos que sua condição produz é desqualificada enquanto questão política e social. O efeito da ideologia neoliberal no Brasil, na década de 1990, intensificou ainda mais esse processo, dada à fragilidade das instituições políticas e a solidez das desigualdades existentes.

Há um agravamento da pobreza absoluta e relativa de grande parte de trabalhadores, contribuindo para o aumento das expressões da “questão social”. As propostas de redução das funções do Estado ao mínimo, em termos de políticas sociais, vêm sendo potencializadas na agenda dos governos. Vale salientar que a pobreza, expressão da “questão social”, existente nas sociedades pré-capitalistas não tem relação com a pobreza vivenciada nessa conjuntura. O fenômeno da pauperização e das expressões da “questão social” a qual se refere “[...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2011, p. 159).

A conceituação da “questão social” para Santos (2012) se dá em duas bases importantes: a primeira base é a compreensão que esta não corresponde à desigualdade e pobreza indistintamente, mas sim “[...] àquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista” (2012, p. 28), corresponde a uma pobreza e escassez que crescem à medida que a riqueza aumenta. A segunda base de conceituação é que a escassez socialmente produzida, que gera o pauperismo, não comporta a totalidade da expressão da “questão social” (SANTOS, 2012). Ela também é reflexo das relações sociais estabelecidas e seus desdobramentos sociopolíticos. Partir para uma análise que desconsidere essas duas bases, tornariam os processos históricos em meras descrições que minimizam o papel dos “[...] sujeitos políticos organizados neste tipo de transformação social” (SANTOS, 2012, p. 49). Dessa maneira, essa visão reduziria a possibilidade de superação do modelo de exploração vigente, retirando dos homens sua capacidade de construtores da história.

As expressões da “questão social” aparecem cada vez mais pela sua face violenta e demandante de um controle social punitivo, segundo as intervenções do Estado. As instituições prisionais e a privação de liberdade são notoriamente um espaço de grande contradição, tendo em vista que a pessoa presa está sendo punida pelo Estado por não ter tido acesso aos direitos sociais. Neste sentido, Pedrosa (1997) afirma que a história das prisões no Brasil, símbolo da exclusão social, reflete as particularidades da formação histórica da sociabilidade brasileira.

Os determinantes que caracterizam a problemática do sistema penitenciário



nacional vêm se intensificando nas últimas décadas, expresso no encarceramento em massa, na violação de direitos e da sua adequada conformação aos objetivos do sistema capitalista para a população mais vulnerabilizada. No que se refere ao encarceramento feminino, há uma omissão dos poderes públicos que se manifesta na ausência de políticas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos, bem como as suas especificidades biológicas advindas das questões de gênero.

## **2.1 Os determinantes sociais da prisão e o encarceramento feminino**

Os determinantes sociais que resultam no encarceramento feminino é uma categoria importante para análise da criminalização das mulheres e um debate urgente diante dos números de encarceramento de mulheres no país. Para tanto, as dimensões macro e micro são fundamentais para essa análise em sua totalidade.

Faz-se mister discutir criticamente a dimensão macro, que consiste em investigar o encarceramento feminino dentro de uma dialética mais ampla de encarceramento, levando em considerações elementos comuns a prisão, bem como os determinantes sociais que resultam no encarceramento; e a micro, que leva em conta as particularidades de encarcerar mulheres, considerando-se as características biológicas assinalado com o sexo feminino quanto da identidade de gênero, que atribui à mulher o papel social atribuído de esposa, dona do lar e mãe.

A partir de uma análise macro, um ponto crucial para discussão é de que a lógica da prisão enquanto espaço de cumprimento de pena e de privação de liberdade é válida para o sistema como um todo, seja no encarceramento feminino ou masculino. Trata-se de um local de privação de liberdade, no qual, direitos humanos são igualmente violados, como a convivência familiar, o direito à educação, saúde e ao trabalho (mesmo havendo algumas iniciativas nesse sentido, tais direitos não abarcam toda população prisional) e a dignidade da pessoa humana, quando se considera a deficiência estrutural dos espaços de encarceramento no país e o não cumprimento das legislações vigentes. Isso sem contar as inúmeras violações processuais, como a morosidade do judiciário, o excesso de prisão provisória e o tempo de aprisionamento maior que o estipulado na pena.

Tais legislações como a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984), a Constituição Federal de 1988 e de tratados e normativas internacionais assinados pelo Brasil, como as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos e as Regras de Bangkok, da Organização das Nações Unidas (ONU), têm a finalidade de estabelecer princípios de tratamento e condições mínimas aceitas pela ONU no que diz respeito ao tratamento de pessoas presas.

É inquestionável a existência particularidades no encarceramento de homens

e mulheres, seja em razão da estrutura que distingue os sexos em duas categorias, atribuindo-lhes papéis sociais, dos efeitos sociais dessa divisão ou mesmo das características físicas e biológicas próprias do corpo feminino. Nesse determinado campo entre sexo e gênero é que residem os principais elementos que tecem a análise micro do aprisionamento de mulheres. Cumpre destacar, neste sentido, a questão da maternidade na prisão. Nesta nuance ressalta-se a necessidade de um tratamento diferenciado devido aos impactos econômicos, sociais e psicológicos na estrutura familiar dessas mulheres e crianças.

A categoria gênero é compreendida neste trabalho como construção histórica e analítica e, refere-se à construção social do masculino e do feminino, entendida como uma relação de poder construídos entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2004). Nessa concepção, a violência de gênero está intimamente relacionada à violência contra mulher, enfatizando o contexto social, cultural e econômico de desigualdade de poder entre os sexos. A violência de gênero é a forma de dominação masculina em relação às mulheres, que é basilar ao patriarcado.

A partir dessa breve análise dos determinantes sociais do encarceramento feminino, é correto afirmar que as informações sobre as primeiras prisões femininas no país são insuficientes. Há indícios de que já havia mulheres presas desde o período Imperial, no ano de 1870, na Casa de Correção da Costa, no Rio de Janeiro. Nela, havia um calabouço, que conforme os documentos foram aprisionadas 187 mulheres escravas (SOARES; ILGENFRITZ apud HELPES, 2014). A partir desses dados, as primeiras mulheres presas no Brasil que se tem informação eram negras e escravas, o que não mudou muito com o passar dos anos.

Em 1924 foi apresentado um projeto para a construção de penitenciárias femininas, visto que as mulheres ficavam em prisões mistas. Considera-se pertinente uma reflexão acerca do fato das prisões mistas que datam a gênese das prisões femininas, pois estas mulheres eram expostas a todo tipo de violência, seja ela física ou psicológica. A preocupação inicial não estava voltada para as mulheres, mas apenas pelo elemento perturbador que elas representavam aos homens presos.

Atualmente, conforme o Infopen Mulheres 2018, a maior parte dos estabelecimentos penais foi projetada para o público masculino. 74% das unidades prisionais destinam-se aos homens, 7% a população feminina e outros 16% são caracterizados como mistos, o que significa que podem contar com alas/celas específicas para o aprisionamento de mulheres dentro de um estabelecimento originalmente masculino.

Em 1929, as mulheres já ocupavam um espaço separado dos homens na Casa da Corte. A população prisional feminina era constituída por mulheres que cometeram crimes como furto, infanticídio ou aborto, e vadiagem. As mulheres presas por vadiagem eram as prostitutas. Ainda nesse sentido, Helpes (2014) afirma

que nos relatórios do Conselho Penitenciário do Distrito Federal de 1929, não havia registro dos julgamentos das mulheres presas por vadiagem, já que no Brasil a prostituição nunca foi considerada crime. A referida autora revela que as mulheres que cometeram crimes como infanticídio ou aborto ficavam juntas com as prostitutas, já que elas eram vistas como as piores criminosas pela sociedade, enquanto umas não estavam voltadas à satisfação sexual do marido, as outras não garantiam a procriação.

As primeiras prisões destinadas às mulheres no Brasil surgem na década de 1940, mais especificamente em 1941, com o Presídio de Mulheres em São Paulo, e 1942 no Rio de Janeiro, a Penitenciária das Mulheres. Nesse contexto, além de presídios separados, as mulheres recebiam tratamento diferenciado quanto aos métodos de recuperação. Concernente à afirmação acima citada, vale destacar que elas (as presas) “[...] deveriam ser *recuperadas em prol do lar, no sentido de recuperar a figura doméstica atribuída ao sexo feminino*, ou seja, a mãe, a esposa, a dona de casa” (SOUZA; FERREIRA, 2012, p.139, grifo nosso), enquanto os homens eram “*recuperados*” em benefício da sociedade.

Para essa finalidade, a administração interna do presídio passou a ser feita por religiosas da entidade Irmã do Bom Pastor. Na rotina das presas havia normas pedagógicas que visavam à domesticação, transformando-as em mulheres dóceis e educadas, aptas para voltar ao seio familiar e/ou a seguir a vida religiosa. Entretanto, esse método não supriu as expectativas do Estado que alegou a ineficiência do método e passou a administração do presídio novamente para a Penitenciária Central.

Em 1966, a Penitenciária das Mulheres recebeu o nome de “Talavera Bruce”, a única penitenciária de segurança máxima feminina do Rio de Janeiro. Considera-se pertinente destacar a história do Talavera Bruce, por ser a primeira penitenciária de mulheres construída no Brasil e por apresentar concepções e aspectos históricos importantes no que diz respeito ao encarceramento feminino.

Esse tratamento dado às mulheres na gênese das prisões femininas reforça a visão de submissão, reafirmando a concepção histórica patriarcal de que as mulheres são inferiores aos homens, devendo desenvolver apenas funções domésticas voltadas para o lar; a ela (mulher) é atribuído à função de boa mãe e boa dona de casa, e nisso ela é benéfica para toda sociedade.

### **3 | A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO CRFMJM**

Com base nos dados coletados no CRFMJM, foi possível traçar o perfil das mulheres presas nessa instituição, levando em consideração os dados referentes à faixa etária, escolaridade, etnia e o crime cometido. A partir dos dados coletados,

evidencia-se a problemática social que se tornou o sistema prisional brasileiro, no qual o aumento da população carcerária deve-se a uma política repressiva, discriminatória e de criminalização da pobreza. O que se observa é que a realidade social das mulheres privadas de liberdade é atravessada por um histórico de educação precária, inserção precoce na criminalidade e envolvimento com o tráfico de drogas.

Evidencia-se que as mulheres que estão presas em regime fechado no CRFMJM são em sua maioria negras, cerca de 88%. Para fins de comparação, instituem-se mulheres negras e pardas em uma mesma categoria. Merece chamar atenção para o número mínimo de mulheres brancas, em 9%, o que reforça a afirmativa de que o sistema prisional é constituído por pessoas negras.

Conforme o Infopen Mulheres (2018), em relação à etnia, ressalta-se a proporção de mulheres presas negras em nível nacional, correspondendo a 62% da população carcerária feminina no Brasil, enquanto 37% são brancas. Esse aspecto se efetiva enquanto violação aos Direitos Humanos, uma vez que as mulheres negras sofrem com o racismo institucionalizado, revelando o abismo existente entre pessoas negras e não negras.

A realidade socioeconômica do país evidencia uma escala de segregação racial elevada, em que grande parcela da população negra vive em situação de exclusão social. Tal situação se agudiza quando se realiza o entrelaçamento entre gênero, classe social e etnia, ou seja, para as mulheres negras e pobres, as desigualdades são potencializadas.

Os dados sobre a faixa etária indicam que o CRFMJM é constituído por maioria jovem, são mulheres de 18 a 24 anos que correspondem a 16%, 25 a 29 anos que representam 23% da população carcerária, 26% para mulheres de 35 a 45 anos e 3% representa a faixa etária de 46 a 65 anos. Essa realidade revela a ausência de políticas públicas voltadas para a juventude que constantemente sofrem com as desigualdades sociais.

Dessa forma, a negação ao acesso de jovens a bens e direitos básicos restringe a capacidade de formação, uso e reprodução dos recursos materiais e simbólicos, tornando-se fonte de vulnerabilidade e contribuindo para a precária inclusão dos jovens na sociedade e a facilidade de acesso ao crime.

De acordo com dados coletados acerca do nível de escolaridade das presas que cumprem pena em regime fechado, detecta-se que a maioria das mulheres encarceradas é de baixa escolaridade. São 82% que não concluíram o ensino fundamental e 3% concluíram; 9% têm o ensino médio incompleto e 6% têm o médio completo. Dados do levantamento realizado pelo Infopen Mulheres (2018) destacam os estados de Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte pelos mais altos índices de mulheres analfabetas privadas de liberdade no país. Por outro lado, destacam-se

os estados da Bahia e Espírito Santo, pelos maiores índices de mulheres privadas de liberdade que acessaram ou já concluíram o ensino médio.

Esses dados apontam para o déficit da Política de Educação no Brasil, principalmente no que se refere à educação pública. Mesmo sendo um direito assegurado a todos os cidadãos, verifica-se que a educação é um privilégio de uma pequena parcela da população.

Em conformidade com dados coletados no CRFMJM, assevera-se que os crimes mais cometidos pelas mulheres que cumprem pena em regime fechado no CRFMJM são os de tráfico de drogas e associação ao tráfico com 66% dos casos. Para além das acusações relacionadas ao tráfico de drogas, os crimes contra o patrimônio, roubo e furto, 17% e 5% respectivamente, são os que mais conduzem as mulheres à prisão, em seguida vem o crime de homicídio com 5%. Há também outros crimes praticados em menor expressão: crimes contra criança e adolescentes, 3%; porte ilegal de armas, 2%; formação de quadrilha e estupro com 1% cada.

Os problemas estruturais da sociedade, sejam eles socioeconômicos e/ou políticos, devem ser considerados fundantes para a compreensão dos alarmantes índices<sup>1</sup> do encarceramento de mulheres em nível mundial. Nessa realidade, é possível apontar uma entrada cada vez maior das mulheres nos mercados de trabalho formal e/ou informal. No entanto, ao que se refere às mulheres de baixa renda e jovens, destaca-se que a inclusão no mercado de trabalho não vem acompanhada da superação da exclusão social. Dessa maneira, persistem nas camadas periféricas a exclusão social e desigualdade econômica, somadas a questões estruturais mais amplas, como a violência e o racismo.

Atesta-se que as atividades desenvolvidas por essas mulheres se caracterizam como trabalhos precarizados/subemprego e desqualificados, além de considerados extensão do trabalho doméstico que historicamente é atribuído ao sexo feminino. Essa questão remete à divisão sexual do trabalho que é muito latente na sociedade capitalista, que em síntese “[...] segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos” (CISNE, 2009, p. 109).

Declaradamente, a necessidade de complementação de renda é apontada como uma das principais razões de envolvimento das mulheres com o mercado ilícito, mais especificamente o tráfico de drogas, no qual cabe as mulheres ocupar postos precários e arriscados, como o transporte de drogas (mulas), bem como outras atividades na linha de frente, em espaços de maior visibilidade do sistema de segurança pública. Nesse cenário, as mulheres pobres e negras, em sua maioria,

<sup>1</sup> O Brasil ocupa a quarta colocação no ranking mundial, ficando atrás dos Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478), conforme o Infopen Mulheres 2018.

passaram a fazer parte de forma cada vez mais clara da seletividade do sistema penal e da criminalização da pobreza.

O rigor punitivo do judiciário com a questão das drogas - sob a luz da Lei nº 11.343/2006 de maneira subjetiva, seletiva e desigual - é um importante elemento no encarceramento exorbitante de pessoas julgadas como traficantes, o que afeta diretamente as mulheres. Como o artigo 33 da referida lei não especifica quantidade para que se configure tráfico, tal interpretação fica a critério do sistema de justiça criminal, facilitando ações arbitrárias por parte dos policiais e de interpretações subjetivas dos juízes promovendo um boom nos índices de encarceramento por tráfico de drogas no país.

Para o pesquisador da *Human Rights Watch Brasil*, César Muñoz, tal lei tem contribuído para o aumento da população carcerária no país nas últimas décadas. Nesse sentido, a população absoluta de mulheres presas cresceu 567% entre os anos 2000 e 2014, dentre esse número, 68% das mulheres estão presas por tráfico de drogas.

Afere-se, que tanto os resultados de pesquisas realizadas em nível nacional como a pesquisa no CRFMJM indicam que as mulheres em situação de privação de liberdade nos presídios femininos vivem uma realidade de negação de direitos, expostas a todos os tipos de violência. A realidade carcerária brasileira é a expressão da violência institucionalizada e seletiva, visto que atinge grupos específicos da sociedade e que nas últimas décadas vem aumentando consideravelmente o número de mulheres presas.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados do CRFMJM, da atual conjuntura da crise do capital e do processo de despolitização e criminalização da “questão social” aponta para emergência do Estado penal em detrimento do Estado social, tanto nos países centrais, como nos periféricos. As particularidades da formação sócio-histórica do país aprofunda a criminalização das classes mais baixas. Emerge como consequência o processo de criminalização dos pobres regulado pela ideologia das classes dominantes e a falácia do encarceramento de jovens como alternativa no combate a violência.

A análise do perfil socioeconômico das mulheres presas em regime fechado do CRFMJM permitiu identificar que essas mulheres estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade social. Comprova-se que a maioria das mulheres presas, que cumprem pena em regime fechado no CRFMJM, apresenta uma relação com o tráfico de drogas e/ou associação ao tráfico, inserção precoce na criminalidade, associado com baixa escolaridade e qualificação profissional de menor *status* econômico. Os

resultados revelam também para o racismo institucionalizado, em que a maior parte da população prisional do CRFMJM é negra, trazendo à tona as diversas violações sofridas por essas mulheres.

Esses resultados afirmam a hipótese desta pesquisa de que o sistema prisional materializa-se como uma das expressões da “questão social”, uma vez que os indivíduos que estão presos são aqueles que já sofrem o processo de exclusão social na sociedade capitalista. Destarte, faz-se necessária a intervenção do Estado para que as mulheres não cheguem à realidade prisional, possibilitando-lhes subsídios e acesso as políticas sociais na perspectiva de garantia de direitos.

## REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Infopen Mulheres–2018. Disponível em [http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf) (Acesso em 15 de Julho de 2018)

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

HELPES, Sintia Soares. *Vidas em Jogos: Um Estudo Sobre Mulheres Envolvidas com o Tráfico de Drogas*. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/808/1/sintiasoareshelpes.pdf>. (Acesso em 20 de outubro de 2017).

MELO, Juliana Gonçalves. *Percepções Sobre o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro a Partir de Narrativas de Mulheres Inseridas na Prisão Como Mulas de Tráfico*. In: **Revista Direito**. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/10550>. (Acesso em 22 de outubro de 2017)

MUÑOZ, César. **Dez anos do fracasso da lei de drogas no Brasil**. Disponível em <https://www.hrw.org/pt/news/2016/08/28/293489>. (Acesso em 10 de outubro de 2017).

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Uma face contemporânea da barbárie. In: Anais, **Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie"**, 3., Serpa, 30-31, 1º nov. 2010.

PEDROSO, Regina Célia. **Utopias penitenciárias projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil**. In: *Revista de História* 136, FFLCH-USP, 1º Semestre, 1997, p. 121-137.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Joseane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social)

SOUZA, Raissa Gabriela Costa de; FERREIRA, Ana Mônica Medeiros. **O amor atrás das grades: um estudo sócio-jurídico sobre a maturidade nas prisões**. Disponível em <http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/297/25>. (Acesso em 20 de setembro de 2017).

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acm Neto 46, 65

Administração pública 27, 34, 179, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 284, 285, 292, 297, 298, 306

Amazônia legal 14, 16, 20, 23, 24, 25

### B

Bibliometria 290

### C

Capital psicológico 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 306, 307, 308

Ciências sociais aplicadas 88, 266, 267

Comportamento organizacional positivo 290, 291, 293, 294, 300, 306

Comunicação 10, 111, 159, 214, 217, 255, 259, 265, 284, 285, 286, 288, 289

Consenso 52, 54, 71, 251, 255, 256, 259, 261, 263

Crescimento 15, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 59, 67, 68, 69, 73, 143, 148, 165, 224, 268, 274, 276, 277, 289, 307

### D

Delitos sexuais 215

Desenvolvimento 1, 4, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33, 37, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 61, 63, 65, 69, 72, 86, 89, 95, 97, 98, 99, 101, 128, 141, 147, 148, 154, 158, 174, 176, 177, 180, 184, 185, 188, 196, 206, 226, 234, 240, 251, 265, 271, 274, 281, 282, 287, 291, 292, 293, 294, 295, 306

Desigualdade 5, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 128, 129, 131, 134, 210, 211, 222, 231

Direito penal e violência obstétrica 197, 198

Direitos das mulheres 197, 198

### E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 30, 43, 46, 49, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 91, 95, 99, 100, 109, 111, 130, 133, 134, 140, 146, 149, 184, 195, 212, 214, 221, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 249, 251, 283, 290, 303, 306

Eficiência 9, 30, 35, 39, 43, 49, 167, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272

Empresas atrativas 137

Enfrentamento da pobreza 46, 48

Engenharia de produção 266, 267, 282

Epidemiologia 196, 205, 206, 213, 215, 223, 225, 234

Estomizados 236, 237, 238, 240, 242, 245, 246, 248, 249

Estratégia 25, 52, 53, 55, 64, 83, 166, 184, 223, 231, 234, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 280, 281, 282

Exercício profiíssional 186



## G

Gestão e mapeamento de processos 284

Guia descritivo de atividades 284

## I

Industria cerâmica 267

## L

Legalização 112, 113, 119, 122, 123

Longevidade 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24

## M

Maus-tratos conjugais 205, 215, 226

Mediação 189, 251, 252, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 265

Mercado financeiro 267, 273, 275

Mulheres no mercado de trabalho 137, 140, 143

## N

Negação de direitos 135, 151

## O

Organizacional 49, 137, 138, 141, 142, 146, 148, 149, 150, 155, 266, 267, 271, 272, 273, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 300, 303, 306, 307

Ostomia 236, 239, 249, 250

## P

Participação 9, 26, 27, 34, 49, 91, 92, 110, 138, 140, 156, 184, 185, 217, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 272, 280, 281, 286

Patriarcalismo 112

Pesquisa qualitativa 53, 102, 143, 236, 240, 249, 272, 283

Pobreza 16, 17, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 129, 133, 135, 136, 237

Política da saúde 186

Precarização do trabalho 151, 153, 172

Psicologia positiva 290, 291, 293, 294, 307

Psycap 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

## Q

Qualidade de vida 15, 17, 18, 32, 138, 146, 197, 211, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 292

## R

Renda 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 62, 63, 73, 79, 92, 134, 169, 170, 216

## S

Saúde do trabalhador 151, 152, 153, 154, 157, 162, 163, 167, 168, 171, 172, 173

Serviço social 64, 126, 127, 136, 152, 160, 172, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 214, 309

## U

União homoafetiva 112, 113, 114, 115, 117, 124, 125

## V

Valores culturais 137, 138, 139, 141, 142, 144, 146, 148

Violência 95, 131, 134, 135, 136, 178, 182, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Violência contra a mulher 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 232, 233, 234, 235

Violência de gênero 131, 197, 212, 213, 215, 219, 220, 222, 223, 226, 233, 234

Violência doméstica 206, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 226, 230, 231, 233, 234, 235

Violência no parto 197, 198, 204

Violência obstétrica 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Violência por parceiro íntimo 205, 210, 214, 226, 231, 233, 235

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**